

# “Melhor um pássaro na mão do que dois voando?” Educação física escolar e Lei nº 13.415/2017

**Resumo:** Este trabalho propõe uma análise do atual contexto da Educação Física escolar diante da aprovação da Lei federal nº 13.415/2017. Na Educação Física é recorrente à nível de senso comum, a associação da disciplina com a função exclusiva de formação de equipes e combate ao sedentarismo. Essa visão nega o surgimento de abordagens teóricas a partir da década de 1980, que representam a construção de ideias que se contrapõem ao modelo esportivista. A dificuldade em justificar e romper com o paradigma biológico nesse campo ainda é um obstáculo do âmbito acadêmico. Como metodologia foi realizada revisão de literatura, caracterizando uma pesquisa eminentemente qualitativa. Com a disputa por espaço no currículo, em função da implantação da Base Nacional Comum Curricular, a Educação Física tem uma clara necessidade de definir sua relevância para a formação dos alunos. Assim, considerando a importância de elementos presentes no esporte competitivo é preciso valorizar sua ressonância e ressignificá-la na escola.

**Palavras-chave:** educação física escolar; tendência esportivista; Movimento Renovador; Lei 13415/2017; BNCC.

Jederson Garbin Tenório  
Rede de Ensino de Mato Grosso  
jederson.21@hotmail.com

## Better a bird in hand than two flying? School physical education and law 13415/2017

**Abstract:** This paper proposes an analysis of the current context of school Physical Education before the approval of federal law 13415/2017. In PE is recurrent at the level of common sense, the association of discipline with the exclusive function of team building and combat against physical inactivity. This view denies the emergence of theoretical approaches from the 1980s, which represent the construction of ideas that oppose the sports model. The difficulty in justifying and breaking with the biological paradigm in the field of PE is still an obstacle in the academic field. As a methodology, a literature review was performed, characterizing an eminently qualitative research. With the contention for space in the curriculum, due to the implementation of Common National Curriculum Base, EF has a clear need to define its relevance to the education of students. Thus, considering the importance of elements present in competitive sports, it is necessary to value their resonance and to re-signify it at school.

**Keywords:** school physical education; sports tendency; Renovator Movement; Law 13415/2017; BNCC.

## ¿Mejor pájaro en la mano que dos vuelos? Educación física de la escuela y ley 13415/2017

**Resumen:** Este documento propone un análisis del contexto actual de la educación física escolar antes de la aprobación de la ley federal 13415/2017.

En la educación física es recurrente a nivel del sentido común, la asociación de la disciplina con la función exclusiva de formar equipos y combatir la inactividad física. Esta visión niega la aparición de enfoques teóricos a partir de la década de 1980, que representan la construcción de ideas que se oponen al modelo deportivo. La dificultad para justificar y romper con el paradigma biológico en el campo de la educación física sigue siendo un obstáculo en el campo académico. Como metodología, se realizó una revisión de la literatura, caracterizando una investigación eminentemente cualitativa. Con la disputa por el espacio en el plan de estudios, debido a la implementación de Base Nacional Común Curricular, la EF tiene una clara necesidad de definir su relevancia para la educación de los estudiantes. Por lo tanto, teniendo en cuenta la importancia de los elementos presentes en los deportes competitivos, es necesario valorar su resonancia y volver a significarla en la escuela.

**Palabras clave:** educación física escolar; tendencia deportiva; Movimiento Renovador; Ley 13415/2017; BNCC.

## Introdução

Nossa inserção no magistério nos propiciou como uma das primeiras impressões a situação de encontrar os alunos ansiosos por jogar futebol, que se dirigiam a nós da seguinte forma: “*Quem joga primeiro professor: os meninos ou as meninas?*”.

Esse contato inicial foi a princípio objeto de contrariedade por parte desse professor na tentativa de inserção de novos conteúdos aos educandos, que nem sempre eram bem-vindos, gerando uma tensão entre professor e alunos. Estes, já estavam “acostumados” com uma prática repetitiva do esporte, como se fosse algo natural nas aulas.

Com o passar dos anos, percebia uma supervalorização do futebol e dos resultados que os colegas professores obtinham em formar equipes e participar de competições esportivas. Isso era valorizado pela comunidade, pelos demais professores e pelos alunos. Segundo Daolio (2006), o professor de Educação Física (EF) é valorizado quando descobre talentos, forma equipes e participa de competições, obtendo visibilidade na comunidade escolar.

De certa forma, tal situação era objeto de reflexão que tensionava com nossa formação inicial, aproximada com uma EF crítica e nos colocava frente a um dilema. Ou seja, oportunizar conteúdos com princípios pedagógicos que contemplassem a diversidade ou o foco deveria ser em um trabalho mais direcionado para o campo esportivo. Obviamente, tínhamos clareza que o esporte a ser acessado pelos alunos deveria ser diverso, variado, pedagógico.

Além disso, o grande entusiasmo dos alunos que viajavam para competições esportivas representar a escola era analisado e compreendido de maneira positiva, que não devia ser desconsiderado.

Essas questões se afunilaram com a aprovação da Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017) e o que ela representa para a EF, causando uma impressão de que sua permanência no currículo, na visão do senso comum, deva ocorrer em função da perspectiva utilitarista de formar talentos esportivos ou reduzir índices de sedentarismo.

Assim, a maioria das construções teóricas e esforços das novas propostas pedagógicas para o campo da EF, com viés das Ciências Humanas, ficaram de certa forma, fragilizadas.

Surge esse texto das inquietações e percepções apreendidas no cotidiano, tentando fazer uma ponte com a literatura existente, indo de encontro com as palavras de Minayo (2001, p. 17): “[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. Portanto, nossas reflexões recaem sobre modelos de conceber a EF escolar que necessitam encontrar um ponto de equilíbrio frente às novas investidas do Estado no tratamento da disciplina no currículo escolar, explicitadas, especialmente com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

## Percurso metodológico

Como procedimento metodológico fizemos uma revisão bibliográfica, caracterizando um tipo de análise relativo às pesquisas qualitativas, sendo realizado a partir da base de dados Scielo, do *google* acadêmico e do BDTD, de artigos e de livros. Para a busca utilizamos as seguintes palavras-chave (sozinhas ou combinadas): “EF escolar”, “Tendência Esportivista”, “Lei 13415/2017”, “Abordagens Pedagógicas” e “Esporte”.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, nos ancoramos nas ideias de Severino (2007, p. 122) que a descreve como: “[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”. Esse levantamento bibliográfico serviu de base para o desenvolvimento do tema, e também, para a construção do referencial teórico que deu fundamentação para as devidas reflexões. Pretendíamos assim, buscar dados que pudessem nos levar a compreender o fenômeno em sua complexidade. Com isso, tínhamos

como finalidade investigar um tema que possui relações e implicações com o cotidiano das aulas e com problemas que precisam ser superados. Para Minayo (1994, p. 21-22) esse tipo de pesquisa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

1 A MP editada em 23 de setembro de 2016, no *Diário Oficial da União*, propôs a flexibilização de disciplinas do currículo, dentre elas EF, tornando obrigatórias somente Português, Matemática e Inglês, engendrada por melhorias nos índices de aprendizagens promovidos pelo Governo, que não atingiram avanços quantitativos nos últimos anos. Outra justificativa é que, ao implementar essas medidas, o governo poderia diminuir os índices de desistência, ao valorizar o interesse dos alunos, que poderiam escolher disciplinas para cursar.

No que se refere ao tratamento das obras que foram referência para esse trabalho, tivemos como base as diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos, de acordo com Severino (2007). O referencial teórico desta pesquisa está calcado nas Ciências Humanas, em autores que dialogam com a EF e a Educação. O levantamento bibliográfico ocorreu do mês de fevereiro ao mês de novembro de 2020.

## Discussão teórica

No centro das discussões que efervesceram a área diante da Medida Provisória (MP<sup>1</sup>) 746/2016 (BRASIL, 2016), muitas discussões, conflitos e tensões romperam a fronteira do espaço específico da EF e ocuparam programas de TV, notícias em jornais impressos e *on-line*, além das redes sociais, em função da possível perda de espaço da disciplina no ensino básico. Posteriormente, em fevereiro de 2017 foi sancionada a Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017) atingindo alguns pilares da EF.

Os discursos feitos por atletas, jornalistas e políticos que defendiam a permanência e a importância da disciplina no currículo, se voltavam basicamente ao conteúdo esportivo e a EF vista como uma ponte entre os talentos a serem descobertos e a formação de equipes que pudessem representar o país em competições internacionais. Além disso, havia também como argumento uma associação muito estreita entre EF e promoção de saúde que justificasse sua presença no currículo escolar.

O esporte é notícia diária na mídia escrita, televisiva ou eletrônica (internet). Muitos jornais têm seções específicas para tratar o esporte, como *Folha de São Paulo* e *O Estado de São*

*Paulo*, no estado de São Paulo. Há ainda jornais específicos de esporte, como *Lance* e *Gazeta Esportiva*. (SILVA, 2013, p. 224-225, grifo nosso)

Esse cenário se construiu alguns meses após o término dos Jogos Olímpicos do Rio-2016, relação que tornava mais forte ainda a associação entre EF e esporte.

Acrescenta-se ainda a predominância de uma programação esportiva voltada especificadamente ao futebol, com programas de entrevistas, debates, transmissões de partidas nacionais e internacionais. Esse conteúdo, muitas vezes, é mais explorado pelas emissoras do que telejornais, documentários ou filmes e séries. O envolvimento do grande público tem inclusive implicações nas aulas de EF conforme sublinhado por Millen Neto e demais autores (2010, p. 8): “[...] é comum que alunos, a comunidade escolar e, por vezes, os seus professores vejam a Educação Física como uma disciplina exclusivamente prática e, muitas vezes, voltada para os interesses imediatos dos alunos (como exemplo, o jogar futebol)”. Ou seja, há uma percepção pública de entendimento das aulas como espaço de reprodução do esporte federado.

O tratamento que o esporte recebe na sociedade contemporânea, bem como o interesse despertado por esse fenômeno social, ocorre como em nenhuma outra disciplina escolar.

Essa realidade é produto de um processo que se desenvolveu mundialmente pós-Segunda Guerra e que se tornou um lucrativo negócio, tendo como parceira fiel a EF escolar. Após a década de 1940, o fenômeno esportivo, sob influência europeia, foi incorporando-se em várias partes do mundo, como elemento predominante na cultura corporal de movimento. “O esporte sofre no período do pós-guerra um grande desenvolvimento quantitativo”. (BRACHT, 1992, p. 22)

A ginástica e, posteriormente, o esporte foram manifestações de práticas predominantes das aulas de EF, pois conforme Bracht (1992, p. 17): “[...] a Educação Física, no Brasil, vai desenvolver sua identidade(?), seus códigos, a partir da relação que estabeleceu/estabelece com um meio ambiente que compreende fundamentalmente, a instituição escola, a instituição militar e a instituição esporte”.

Para o autor, a presença do esporte na EF deu notoriedade e justificou as aulas como auxiliar ao desenvolvimento da instituição esportiva, sendo a escola, local de descoberta do talento esportivo, principalmente após a década de 1960. “A dimensão quantitativa

de esporte parece ser razão suficiente para que a escola assuma este elemento da cultura". (BRACHT, 1992, p. 46)

O ensino tecnicista, que teve seu apogeu nas décadas de 1960 e 1970, teve como característica um ensino que atendesse ao mercado de trabalho, ou seja, a educação, por meio da instituição escolar, se preocupava em preparar os sujeitos para o mercado produtivo. Assim, podemos compreender aquilo que Saviani (2007, p. 160) reitera: "[...] o trabalho orienta e determina o caráter do currículo escolar em função da incorporação dessas exigências na vida da sociedade".

Nas aulas de EF, o modelo de esporte explorado no auge do período militar, se traduzia em uma prática mecânica em que o educador ditava as ações a serem executadas, sempre com disciplina e os educandos executam passivamente os conteúdos propostos, não sendo oportunizada uma aprendizagem que considere o exercício do questionamento e da reflexão. Como exemplo, Ferreira Neto (1999, p. 64) nos exemplifica que:

Ao instrutor caberia: a) enunciar o movimento em voz clara e executá-lo em ritmos variados; b) mostrar os erros mais frequentes; c) mandar executar os erros à vontade, corrigindo os erros; e d) fazer toda a classe executar o movimento em velocidade variável e compatível com seu nível de habilidade.

Dessa maneira, se desenvolvia uma prática pedagógica e uma forma de fazer a EF na escola com características bem definidas. Quando todos estavam cansados já se aproximava do final da aula.

Esse modelo de aulas tinha propósitos bem definidos e havia uma intervenção docente muito presente. Portanto, esse modo de fazer a EF pode ser compreendida como tendência esportivista<sup>2</sup> em interface com o ensino tecnicista. O modelo esportivista visava a formação de atletas e a aptidão física, por meio de competições esportivas. Assim conforme Maldonado e Silva (2016, p. 32): "A EF voltava-se para a construção de um corpo ordeiro, disciplinado, forte, conferindo saúde e aptidão física ao trabalhador, preparando-o para as exigências técnicas do trabalho". Ainda de acordo com os autores supracitados, a EF dentro desse mecanismo exercia papel de destaque:

O esporte era o principal conteúdo, pois constituía a coroação de um mundo em competição, concorrência, liberdade, vitória e consagração, sendo sugerido de forma exclusiva pelos órgãos oficiais para a EFE, carregando a simbologia de mundo de lutadores e vencedores. (MALDONADO; SILVA, 2016, p. 33)

<sup>2</sup> Para González (2005), a esportivização pode ser compreendida como produto de transformação de práticas corporais originadas em contextos não competitivos e não institucionalizados que se converteram em modalidades esportivas, assumindo os códigos e rituais do esporte de rendimento. Nesse texto, os termos "esportivista", "esportivista-tradicional" ou "esportivista-tecnicista" assumem o mesmo sentido, voltado à identificação com as aulas que exploram o esporte baseado no modelo federado.

A tendência de agregar competições estudantis à aula de EF é representada por eventos, tais como: Jogos Escolares ou Olimpíadas Escolares. Conforme Costa (2015), atualmente as Olimpíadas escolares agregam a participação de equipes que “podem” participar das fases municipais, estaduais e nacionais.

Nesse sentido, a finalidade do professor de EF é movida pela lógica do aluno/atleta, técnico/professor, aula/treino, priorizando poucos alunos que participam dos jogos escolares. Ou seja, as aulas acabam objetivando a representação da escola em competições esportivas.

Algumas investigações apontam que o esporte tem se manifestado no currículo escolar como uma prática pedagógica voltada para as competições escolares, sublinhando a relação de subordinação da EF escolar ao esporte. (ARAÚJO; ROCHA; BOSSLE, 2018; MEDEIROS et. al., 2018; SILVA JÚNIOR; SAMPAIO, 2012) Na Europa, “Especialização Precoce” é a perspectiva conhecida por promover o esporte de rendimento e detecção de talentos, influenciada por interesses políticos, muito presente nos antigos países do leste europeu. (CUNHA, 2013)

O planejamento escolar, ao privilegiar competições esportivas, molda as práticas curriculares para determinadas modalidades coletivas, principalmente por meio do futebol e do voleibol com base em características do esporte de alto nível. Em relação aos JE's, Kiouranis, Salvini e Marchi Júnior (2017), nos esclarecem que, aquilo que era para ser um evento que agregasse muitos alunos e adaptasse às regras para atender a diversidade de sujeitos envolvidos, começa a sofrer da imposição de novas práticas em um espaço que já possuía e ainda possui a incorporação e a reprodução de características bastante específicas, como a competição e a performance, mesmo que limitadas ao ambiente escolar.

No final da década de 1970, um processo se inicia e se solidifica com o fim do regime político militar, podendo ser agrupado em uma categoria de proposições pedagógicas<sup>3</sup> que compõem o chamado movimento Renovador.<sup>4</sup> Essas propostas pedagógicas têm em comum o entendimento de que a EF deveria inserir os alunos na esfera da cultura corporal de movimento e um posicionamento que denunciava a utilização exacerbada do esporte baseado no alto nível.

Esse movimento tem proximidade com as denominadas pedagogias progressistas,<sup>5</sup> que surgiram como propostas teóricas que rivalizaram com modelos de ensino menos reflexivos, formulando

3 Proposições sugeridas em obras, tais como: Soares e demais autores (1992), Betti (1991), Kunz (1994), Freire (1997), Daolio (2006) e Hildebrandt-Stramann (2003).

4 Movimento caracterizado por um período de mudança para a EF com a inserção de professores em programas de mestrado na área da Educação e das Ciências Humanas, ocorrendo um aumento da produção teórica da área, com a criação de cursos de pós-graduação sobretudo nas Ciências Humanas. (DAOLIO, 1998)

5 Para Luckesi (1994, p. 63): “O termo progressista, emprestado de Snyders, é usado aqui para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação”.



formas de ensino-aprendizagem que promovessem a criticidade, a curiosidade e a autonomia aos alunos frente a questões sociais. (LIBÂNEO, 1994)

No entanto, a tentativa de solução dos problemas no campo da EF se deparou com a necessidade de aproximação entre teoria e prática, considerando que as proposições se deram à nível de academia, sem muita participação dos atores que desenvolviam a EF na escola, ou seja, os professores. Além disso, as concepções teóricas que se constituíam em propostas oriundas de outras áreas do conhecimento, como Antropologia, Filosofia, Sociologia e Psicologia.

O movimento Renovador gerou impacto na prática pedagógica de maneira muito significativa à nível de produções acadêmicas, constatando-se um aumento do número de teses e dissertações que propõem uma mudança de paradigma das aulas, em interface com novas ideias e proposições pedagógicas. Segundo Machado e demais autores (2010), o abandono do ensino tradicional-esportivo nas aulas, a partir das décadas de 1970 e 1980, em que o foco eram as técnicas e habilidades esportivas, deixaram as aulas com novas características.

Após aproximadamente quatro décadas do surgimento das primeiras abordagens pedagógicas, algumas novas reflexões teóricas, são prolongamentos de discussões revitalizadas dos discursos que tencionavam com práticas esportivistas. Assim, pudemos assistir ao surgimento de propostas tais como: Educação Física Libertadora<sup>6</sup> (CORREIA, 2013); Educação Olímpica<sup>7</sup> (VARNIER, 2015); Educação Física Híbrida<sup>8</sup> (OLIVEIRA, 2018), dentre outras.

Além disso, a BNCC (BRASIL, 2017), traz como indicação de conteúdos a serem desenvolvidos ao longo do ensino fundamental, por exemplo, “Práticas corporais de aventura” (PCA) e “jogos eletrônicos”, expandindo ainda mais as possibilidades de exploração de temas da cultura corporal de movimento, para além da dança, ginástica e lutas.

Ainda assim, parece uma tarefa complexa que novos conhecimentos sejam implantados por professores que estavam e estão acostumados a uma forma de conceber a EF baseada em um modelo hegemônico e valorizado socialmente. Segundo Maldonado e Silva (2016, p. 14): “Há indícios de que as mudanças que ocorrem na prática pedagógica dos professores, via de regras, não alcançam a profundidade e magnitude desejada pelos proponentes das diretrizes pedagógicas oficiais”. Além disso, de acordo com Machado (2012), em função de um discurso “radical” baseado em um referencial

6 Embora Correia (2013) não utilize o termo “Libertadora”, atribuímos essa expressão por considerar próprio da pedagogia Freiriana, a qual vincula a educação à luta e organização de classe, na busca pela transformação social. “Libertadora” é uma das linhas de pensamento que esperam que a escola seja local propício para apropriação de saberes em relação com a vida prática dos alunos.

7 A Educação Olímpica pressupõe um processo educativo por meio dos valores presentes no esporte, inspirados em Pierre de Coubertin, em que buscava o *fair play* dentro da disputa olímpica.

8 Educação Física Híbrida representa a possibilidade de explorar formas de ensinar em diferentes espaços e com diferentes recursos, tendo uma preocupação com as ferramentas tecnológicas disponíveis na sociedade.



teórico, os intelectuais do movimento Renovador podem ter transmitido aos professores das escolas um modo legítimo de fazer EF, distante daquilo que estava sendo praticado na escola. Isso causou uma certa “desestabilização” naquilo que era tradicionalmente objeto<sup>9</sup> de trabalho dos professores.

Essa realidade nos é apresentada na Colômbia por Duque (2012), onde também é percebida uma EF tradicional e técnica desvinculada de diretrizes do Estado, resultando em uma educação aparentemente sem objetivos claros.

Doña, García e Cervantes (2014), investigaram no Chile representações de professores e destacaram que enquanto alguns entendem a EF na perspectiva tradicional-esportiva e da aptidão física, outros definem a disciplina como objeto que pode colaborar na compreensão e transformação das desigualdades sociais, tendo um caráter mais crítico.

De maneira sintetizada, podemos destacar que a fronteira entre esses dois *modus operandi* da EF, encontra-se o fenômeno da falta de intervenção pedagógica. Uma possível explicação para que esse problema tenha aumentado tem relação com a expansão do ensino público, principalmente com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). (BRASIL, 1996) O aumento do número de vagas no ensino básico não foi acompanhado de um número de professores com formação específica<sup>10</sup> em EF, que atendessem a um conhecimento sistêmico (embora essa não seja a principal solução para a área), fazendo assim com que muitas escolas tivessem em seus quadros professores de outras disciplinas (Pedagogia, História, Geografia, Matemática etc.) lecionando EF. Diante disso, esses professores estariam possivelmente guiados por aquilo que aprenderam na época que ainda eram estudantes e, assim, poderiam ocupar o tempo dos alunos, colocando-os para jogar futebol ou vôlei.

Além disso, o problema da existência de uma “não aula” tem relações com o descontentamento e o comodismo com a profissão. Para Duarte (2011), a carga horária de trabalho exaustiva, os baixos salários, salas lotadas, são aspectos que colaboram para uma situação precária de trabalho.

Dessa forma, esse quadro indica o pressuposto de que, no caso da EF, o fenômeno do “rola-bola”,<sup>11</sup> do descontentamento e da falta de formação específica estejam imbricados.

A existência de uma “não aula” na EF escolar, caracteriza a ausência de intervenção, sendo o espaço da aula um momento

9 Entende-se por objeto, aquilo que os professores dominam para o desenvolvimento do processo pedagógico.

10 Em 1991, havia o registro de 117 cursos de graduação em EF no Brasil. Em 2019, segundo números apresentados no portal do eMEC, do Ministério da Cultura (MEC), existem cadastrados 2089 cursos de graduação, incluindo aqueles na modalidade de Educação a Distância (EaD).

11 Expressão que representa a ausência de uma ação didática, caracterizada quando o professor deixa os alunos livres para fazerem o que mais gostam ou então entrega a bola para os alunos jogarem futebol ou voleibol. Vale destacar que outras disciplinas também podem apresentar essas características, ao buscarem estratégias de ocupação dos alunos sob mínima intervenção pedagógica, tais como Geografia, Português, Inglês, História etc.

em que os alunos jogam e o professor cuida da organização das atividades que são definidas pelos alunos, geralmente “jogar futebol”. Como situação típica desse problema, trouxemos a descrição de Cordovil e demais autores (2015, p. 837) em que é relatada a exploração do conteúdo futsal nas aulas: “[...] a não participação ativa da professora no sentido de gerir a aula, assumindo seu papel pedagógico, pode ter colaborado para a compreensão da aula [...] no Ensino Médio como passatempo, recreação, momento de encontro entre os amigos”.

A influência do esporte, em especial o futebol, em nosso país é muito forte, que acaba adentrando no “chão da escola” simplesmente reproduzindo aquilo que os alunos gostariam de aprender. Isso porque, apesar da diversidade de conteúdos da cultura corporal de movimento que a EF pode e deve explorar, o futebol é a prática predominante. (ILHA; HYPOLITO, 2016)

No Brasil, portanto, a prática desenvolvida que oscila entre dois polos, nem a esportivista-tecnicista, nem a renovadora. “No ‘chão das escolas’, essa crítica maciça do modelo esportivista ocasionou outro extremo”. (MALDONADO; SILVA, 2016, p. 35)

Diante disso, começou existir uma tensão pós década de 1980 entre as pedagogias tradicionais-esportivistas, voltadas para o biológico e as novas propostas pedagógicas.

Como percebemos, as práticas pedagógicas se entrelaçam em processos cíclicos históricos que geram implicações no aprendizado dos alunos e na construção da legitimidade social da EF escolar, distantes de um discurso e uma prática consensual.

### **A educação física e a Lei nº 13.415/2017**

O texto da Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017) claramente aponta um movimento em direção à uma formação mais restrita, reforçando o paradigma de divisão do conhecimento, tencionando com uma perspectiva de formação mais abrangente que a LDB. (BRASIL, 1996) Determinadas disciplinas nessa reforma do ensino médio, permanecem mais valorizadas que outras, tais como português, matemática e língua estrangeira.

O foco na formação profissional é utilizado de maneira frequente ao longo da referida lei. Além disso, a abertura para acordos entre empresas público-privadas para a formação dos estudantes, indica uma possível substituição de professores com carreira para outros profissionais que atendam aos discursos do grupo político que esteja

à frente do Estado, conforme consta no artigo 34, 4º parágrafo, § 11º: “Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento [...]”. A previsão de ampliação da carga horária de formação *on line* e conseqüente diminuição da carga presencial, a possibilidade do aluno escolher um itinerário formativo para cursar, além da atuação de profissionais com “notório saber” e a consideração da EF associada ao termo “práticas”, indica óbice, explicitado no artigo 35, § 2º: “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”. (BRASIL, 2017)

Em decorrência disso, surge claramente uma tensão criada por uma disputa pela permanência no currículo escolar entre disciplinas diversas, incluídas aí, a EF, mesmo que a maioria delas estejam com as mesmas preocupações.

Qual seria a melhor defesa em favor da permanência da EF em situação de risco no currículo escolar?

A preocupação com o mundo produtivo desconsidera o lúdico e a satisfação do educando, se expressando em práticas pedagógicas nas aulas de EF. Conforme Bracht (1992, p. 17): “[...] a Educação Física em se realizando na instituição educacional, presume-se, assume o estatuto da atividade pedagógica e como tal, incorpora-se aos códigos e funções da própria escola”.

A competição e o consumismo na contemporaneidade, acentuam os processos produtivos, que tem reflexos na escola, quando nega ao aluno, gradativamente o lúdico, de maneira precoce. Considera-se o “aprender” na perspectiva de dominar uma atividade (práticas e trabalho) e capacitar-se para dominar um objeto determinado, com o ensino focado no domínio de uma atividade. “Ainda encontramos com certa força o estereótipo de que a educação física não deve se preocupar em transmitir e/ou construir conhecimento, pois se ocupa apenas da educação do físico”. (BERTINI JÚNIOR; TASSONI, 2013, p. 480)

Logicamente a EF é associada estreitamente ao fenômeno esportivo, sendo regido, conforme Bracht (2005), por regras e rituais compreendidos objetivamente, criando no espectador um ambiente que compensa o tempo de trabalho. Suas imagens e signos têm capacidade de tornar a cultura corporal de movimento, quase que subordinada aos seus códigos e seu desempenho. Sendo assim, as

abordagens pedagógicas que se opõem à práticas esportivistas, são parte de discursos com ressonância entre os professores e pesquisadores da área com uma formação das Ciências Humanas, tendo uma dificuldade em ser compreendida pelo grande público, pois, muitos entendimentos do senso comum ainda não foram superados.

*Slogans* do tipo: “EF promove a saúde”, “EF auxilia na descoberta de talentos”, “EF é esporte”, dentre outros, em uma perspectiva biológica, são presentes nos significados que a EF produz no âmbito social.

Diante disso, parece que a perspectiva<sup>12</sup> da EF, em situação de disputa e perda de espaço, seja justificar seu fazer pedagógico por uma explicação que seja compreendida pela sociedade, diferente de uma construção teórico-metodológica, que se insere em perspectivas oriundas do Movimento Renovador.

A Educação Física, por tratar pedagogicamente, na escola, de saberes vinculados mais fortemente ao universo da experiência comum e do cotidiano (jogos, danças, esportes, ginástica) do que de conhecimentos advindos de disciplinas acadêmico-científicas, [...] acaba por enfrentar grandes dificuldades de legitimação e reconhecimento no currículo escolar, sobretudo em um cenário educacional no qual a ‘boa educação’ significa ter boas notas em Português, Matemática e Inglês. (GARIGLIO; ALMEIDA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2017, p. 63)

Marcellino (1999) aponta que a EF por si só, dificilmente pode promover a prática de atividades físicas, sabendo dos fatores envolvidos na adoção de práticas fisicoesportivas após o término dos estudos, tais como: situação econômica, nível de escolaridade e disponibilidade de espaços públicos próximos da moradia do praticante.

Outro dado importante é que a frequência de aulas (1 ou 2 vezes na semana) não permitiria a melhoria da condição física dos alunos, caso esse fosse o objetivo da disciplina. Maia (2018), em pesquisa com gestoras educacionais, concluiu que o entendimento que se tem da EF por essas profissionais remete a um papel coadjuvante na escola, auxiliando no aprendizado de outras disciplinas, tendo basicamente a função de promover a atividade física e a socialização dos alunos.

Em relação a descoberta de talentos esportivos, os avanços teóricos que a área pôde construir é de que a EF, embora não

12 A EF ainda é associada à discursos que preconizam a necessidade de promover a saúde, como exposto no site: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/09/1817912-estudos-cientificos-embasam-oferta-de-artes-e-educacao-fisica-na-escola.shtml>.

precise negar o esporte, deveria produzir o esporte com características que acolhessem a diversidade de alunos que se inserem na escola. Para Daolio (2006, p. 87) a EF precisa constituir-se: “[...] sem discriminação dos menos hábeis, das meninas, dos gordinhos, dos baixinhos, dos mais lentos”.

Torna-se fundamental a busca pela participação dos alunos nas aulas, considerando suas expectativas e preferências, precognizando valores que tencionem a exclusão, o individualismo e a competição exagerada.

A EF pode atuar no sentido de contribuir com objetivos biológicos, que às vezes não se dissociam de finalidades atitudinais, durante a vivência das atividades. No entanto, a adoção total da responsabilidade de resultados depende do desenvolvimento de políticas públicas em outros setores, tais como saúde, esporte, trabalho, segurança pública etc.

Se antes, a permanência no currículo, à nível de senso comum, se justificava para atender à uma necessidade do Estado em função dos Megaeventos esportivos sediados pelo Brasil (Jogos Pan-americanos/2007, Copa do Mundo/2014, Jogos Olímpicos/2016, Copa América/2019) e sua inserção no currículo com esses objetivos se dava em função do esporte na escola. Agora, com a ameaça da diminuição de horas/aulas, parece que o viés Biológico em sustentar sua permanência no Ensino Médio, ganha força novamente. Será isso nos conforta ou minimiza ameaças em torno de seu lugar no currículo, mesmo que baseada via Ciências Naturais?

Por outro lado, todo um esforço intelectual de pesquisadores que possuem um referencial teórico das Ciências Humanas e Sociais não é levado em consideração pelo Estado por conta dessa proposta inserida na BNCC. Dessa forma, o aluno é tratado como cliente dando a ele um leque de opções a serem escolhidas, como uma mercadoria e a escola é tratada como uma empresa.

As questões aqui apresentadas surgem do atual momento das dificuldades de compreensão da área por outros setores, principalmente dos órgãos do Estado e conseqüentemente, de sujeitos protagonistas na formulação de políticas públicas.

O risco que aqui se apresenta é pender para um dos dois extremos dessa polarização. Ao garantir-se rigidamente a unidade da área em termos de conteúdo, pode-se desconsiderar a unidade da área em termos de conteúdo, pode-se desconsiderar os significados específicos de cada

conteúdo em cada contexto. Em contrapartida, ao levar-se em conta a diversidade de contextos, corre-se o risco de diluição imensa dos conteúdos, chegando até mesmo ao fim da educação física escolar. (DAOLIO, 2010, p. 13)

Abaixo, apresentamos um desenho que ilustra o título do presente trabalho, bem como as questões provocadas em função da Lei federal nº 13415/2017.

**Figura 1 – Ilustrativo de possíveis opções teórico-metodológica para a EF escolar**



Fonte: elaborada pelo autor.

O cenário que está diante de nós é repleto de complexidade, próprio de momentos que atravessam a educação historicamente. O desafio seria conciliar as opções de dois modelos de EF (a esportivista e a Renovadora).

É oportuno destacar que, nosso entendimento indica que o esporte não é o problema, mas a falta de compromisso em ensinar o esporte, ou seja, a maneira acomodada de se apropriar desse conteúdo nas últimas décadas. Isso porque, experiências exitosas relacionadas ao ensino do esporte, podem ser encontradas em estudos como o de Bento (2003), Battistuzzi (2005), Carlan (2012), Tenório (2018), dentre outros, demonstrando claramente que o ensino do esporte em uma perspectiva pedagógica se diferencia de uma tendência esportivista.

Alguns autores defendem o ensino do esporte como conteúdo central (GALATTI; PAES, 2006; GARGANTA, 1998; GRECO, 1998; PAES, 2002; REVERDITO; SCAGLIA, 2009), sem que isso seja considerada necessariamente uma abordagem pedagógica da EF, mesmo assim são produções significativas para a EF escolar.

A união entre jogo e esporte em uma perspectiva lúdica, para os autores acima mencionados, constitui uma possível solução para os problemas considerados até aqui.

Há sim que se considerar, as aulas repetitivas e acríticas que são permeadas por um modelo de explorar o esporte que não seja uma contribuição para um aprendizado efetivo. Mas também é preciso reconhecer que esse esporte também seja especificidade da disciplina e utilizá-lo em menor frequência pode ser que não contribua para melhorar a situação.

Estamos diante de um paradoxo em que, a existência de uma crítica pela maneira que o esporte é utilizado e por outro lado, é esse conteúdo que torna a EF o que ela é. “[...] Por um lado, há uma tradição cultural que faz com que a educação física seja biológica e universalizante, excluindo muitos alunos; mas por outro lado, justamente por ser assim ela é conhecida e valorizada”. (DAOLIO, 2006, p. 87)

É preciso relativizar então as diversas expectativas que os alunos possuem em relação à EF, que são parte de suas experiências anteriores, afinidades em relação aos conteúdos, educação dos pais etc. Portanto, há alunos que atribuem um sentido muito grande para uma aula guiada pelo esporte, a ponto de valorizá-la muito mais que outro aprendizado. Mas é preciso também oportunizar outros saberes aos educandos que possuem outras preferências e significados, ampliando suas experiências.

Talvez, o mesmo movimento Renovador que foi símbolo de mudança décadas atrás, seja necessário mobilizar novas construções, por meio de novos autores que protagonizem um discurso mais coeso em função desse quadro surgido com a Lei nº 13.415/2017, indo de encontro a uma agenda de debates e preocupações da EF escolar.

## Considerações finais

A maneira da escola explorar os conhecimentos presentes no currículo, está ligada as influências de poder oriundas do processo histórico da sociedade contemporânea. A disciplina de EF se insere nessas questões de forma muito significativa, por lidar com saberes ligados ao corpo e ao movimento, que nos auxiliam a visualizar a formulação de leis e políticas públicas em interface com propostas educacionais neoliberais.

O título do artigo “Melhor um pássaro na mão do que dois voando?” trata-se de uma alusão ao provérbio que significa ser melhor não arriscar e manter um paradigma garantido, do que buscar uma mudança sem a garantia de que irá conseguir algo. O



ponto de interrogação ao final é uma provocação e não teríamos aqui a intenção de responder esse tema que traz a necessidade de escolher entre duas saídas contraditórias e paradoxais.

Como pretexto das questões levantadas com a Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017), apontamos alguns argumentos e críticas de formas de conceber a EF bem como enfatizamos, que é necessário novos olhares a serem reavaliados atualmente, como por exemplo, a consideração de que alguns métodos e conteúdos tradicionais precisam ser ressignificados. Isso porque, em cada contexto, os alunos possuem características que, embora apareçam semelhanças, em se tratando de espaço cultural, não são cópias umas das outras. Por isso, a complexidade da tarefa de educar, por se tratar de objetos vivos que respondem diferentemente a cada situação.

Uma das dúvidas postas aqui nesse ensaio, parte necessariamente da maneira de tratar a EF escolar, por meio de conteúdos que tencionam entre si um espaço privilegiado dentro da disciplina. Além disso, o próprio modo de intervenção ou mediação pedagógica é objeto de preocupação que tem implicações na maneira de legitimar a EF no currículo e conseqüentemente nas políticas públicas.

Este trabalho não esgota outras reflexões e constatações acerca do tema, sendo um convite para novas construções teóricas.

## Referências

- ARAÚJO, S. N. de; ROCHA, L. O.; BOSSLE, F. Sobre a monocultura esportiva no ensino da Educação Física na escola. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 21, n. 4, p. 824-835, out./dez. 2018.
- BATTISTUZZI, V. M. *O Esporte enquanto conteúdo conceitual, procedimental e atitudinal nas aulas de educação física escolar*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.
- BERTINI JUNIOR, N.; TASSONI, E. C. M. A Educação Física, o docente e a escola: concepções e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 467-83, jul./set. 2013.
- BETTI, M. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.
- BRACHT, V. *Educação Física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instituições e cursos de educação superior*. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007 [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 35, p. 1-3, 16 fev. 2017.

BRASIL. Medida Provisória nº de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, edição extra, Brasília, DF, ano 153, n. 184-A, p. 1-2, 23 set. 2016.

CARLAN, P. *O esporte como conteúdo da educação física escolar: um estudo de caso de uma prática pedagógica*. 2012. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CORDOVIL, A. de P. R. *et al.* O espaço da educação física na escola: um estudo sobre os conteúdos das aulas no ensino médio. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 18, n. 4, p. 834-847, out./dez. 2015.

CORREIA, M. S. *Educação física escolar no contexto da educação popular na escola pública: a construção da realidade desejada na imperfeição do fazer diário*. 2013. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013.

COSTA, J. M. da. Esporte escolar no Brasil: contradições e possibilidades. *Revista Kinesis*, Santa Maria, RS, v. 33, n. 1, jan./jun., 2015.

CUNHA, A. C. Educação Física na Europa e no Brasil: um sentido comum que mostra uma identidade universal. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 26, n. 89, p. 81-93, jan./jun. 2013.

DAOLIO, J. A educação física escolar como prática cultural: tensões e riscos. In: DAOLIO, J. (org.). *Educação física escolar: olhares a partir da cultura*. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 5-18.

DAOLIO, J. *Cultura: educação física e futebol*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

DAOLIO, J. *Educação física brasileira: autores e atores da década de 1980*. Campinas: Papirus, 1998.

DOÑA, A. M.; GARCIA, E. R.; CERVANTES, C. T. La educación física en Chile: un análisis de las creencias del profesorado de la enseñanza primaria y secundaria. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 81-96, 2014.

DUARTE, A. Políticas educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. In: OLIVEIRA, D.; DUARTE, A. (org.).

*Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 161-182.

DUQUE, G. Y. G. Educación Física escolar: ideal versus realidad. *Viref: Revista de Educación Física*, Medellín, v. 1, n. 1, p. 41-50, out./dez. 2012.

FARIA, E. L. Quando “Rola a Bola”: reflexões sobre as práticas futebolísticas e a forma escolar nas aulas de Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 501-513, abr./jun. 2014.

FERREIRA NETO, A. *A pedagogia no Exército e na Escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999.

FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física*. São Paulo: Scipione, 1997.

HILDEBRANDT-STRAMANN, R. *Textos pedagógicos sobre o ensino da educação física*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

GALATTI, L. R.; PAES, R. R. Fundamentos da pedagogia do esporte no cenário escolar. *Movimento e Percepção*, Espírito Santo dos Pinhais, v. 6, n. 9, p. 16-25, jul./dez. 2006.

GARIGLIO, J. Â.; ALMEIDA JUNIOR, A. S.; OLIVEIRA, C. M. O “novo” ensino médio: implicações ao processo de legitimação da educação física. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 53-70, set. 2017.

GARGANTA, J. Para uma teoria dos jogos desportivos coletivos. In: GRAÇA, A.; OLIVEIRA, J. (org.). *O ensino dos jogos desportivos*. Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 1998. p. 11-25.

GONZÁLEZ, F. J. Esportivização. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (org.). *Dicionário crítico de educação física*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005. p. 170-174.

GRECO, P. J. (org.). *Iniciação esportiva universal: metodologia da iniciação esportiva na escola e no clube*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

ILHA, F. R. da S.; HYPOLITO, Á. M. Esportivização da educação física escolar: um dispositivo e seus regimes de enunciação. *Movimento*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 173-186, jan./mar. 2016.

KIOURANIS, T. D. S.; SALVINI, L.; MARCHI JÚNIOR, W. “O marco de 1989”: uma reflexão sobre os XVIII jogos escolares brasileiros. *Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 907-918, jul./set. 2017.

KUNZ, E. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, T. da S. *Sobre o impacto do movimento renovador da educação física nas identidades docentes*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MACHADO, T. da S. *et al.* As práticas de desinvestimento pedagógico na Educação Física escolar. *Movimento*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 129-147, abr./jun. 2010.

MAIA, M. *O lugar da educação física na escola e no projeto político pedagógico: uma visão dos gestores*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2018.

MALDONADO, D. T.; SILVA, S. A. P. dos S. *Educação pública: a realidade da educação física na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

MARCELLINO, N. C. *Para tirar os pés do chão: corrida e associativismo*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, T. N. *et. al.* O esporte no currículo da educação física escolar: Um estudo de revisão bibliográfica nos periódicos da capes. *Corpoconsciência*, Cuiabá, v. 22, n. 02, p. 73-84, mai./ago. 2018.

MILLEN NETO, A. R. *et al.* Evasão escolar e desinteresse dos alunos nas aulas de educação física. *Pensar a Prática*, Goiânia, v.1 3, n. 2, p. 1-15, maio/ago. 2010.

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

OLIVEIRA, F. A. de. *Educação física no ensino fundamental: análise de uma intervenção pedagógica embasada no ensino híbrido à luz da relação com o saber*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2018.

PAES, R. R. Pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: DE ROSE JUNIOR, D. (org.). *Esporte e atividade física na infância e na adolescência*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

REVERDITO, R.; SCAGLIA, A. J. *Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão*. São Paulo: Phorte, 2009.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SEVERINO, A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. L. da. Legados de megaeventos esportivos: perdas e ganhos para a Educação Física escolar. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Campinas: Papyrus, 2013. p. 221-240.

SILVA JÚNIOR, V. P. da; SAMPAIO, T. M. V. Os conteúdos das aulas de educação física do ensino fundamental: o que mostram os estudos? *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 106-118, 2012.

SOARES, C. L. *et. al. Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, M. G. Três décadas de movimento renovador da educação física: alcançamos a maioria epistemológica? *Conexões*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 24-34, set./dez. 2010.

TENÓRIO, J. G. *Educação Física escolar, lazer e jogos desportivos coletivos: experiência no Ensino Médio*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2018.

VARNIER, T. R. *O ensino em valores a partir das maneiras e artes de fazer: possibilidades pedagógicas para as aulas de Educação Física*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

---

Submetido em: 04/03/2021  
Aprovado em: 02/05/2022